



# B O L E T I M

## Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano I - Nº. 2

### Editorial

**A**inda vivemos o conflito entre o progresso e a vida, pois parece que o desenvolvimento do País tem que excluir a vida e a história de vidas. Pensar que apesar de toda a luta histórica do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco o compromisso assumido, em 1986, pela Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) de reassentar as famílias desabrigadas pela construção de Itaparica não é uma realidade. A luta que não terminou e outra luta parece se aproximar! Novas barragens podem ser construídas e seis mil famílias serão desabrigadas. A luta irá continuar!

Nesta edição noticiamos as prioridades de ações do Pólo Sindical para o segundo semestre de 2006; o estudo de novos projetos de construções na região do Submédio São Francisco e ainda a campanha “Chega de Violência no Campo”, lançada pela União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (Uita) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), este ano. Entre outras notícias! O Boletim terá, a partir deste número, um artigo e uma entrevista. “Pensando o semi-árido brasileiro”, de Maria Priscila Lisa das Chagas, assistente do Programa TRD faz uma leitura sobre o semi-árido brasileiro e as políticas públicas. E ainda a entrevista feita com Osvaldo Pereira de Sá, de Tacaratu (PE), sobre apicultura e caprinocultura.

**Boa leitura!**

### Prioridades do Pólo



Foto: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco

O Coletivo do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, formado por representantes de 22 sindicatos de Trabalhadores Rurais da Bahia e de Pernambuco, reuniu-se nos dias 21 e 22 de julho de 2006 em Petrolândia (PE) para definir as prioridades do Pólo no segundo semestre de 2006. O grupo destacou três linhas de ação prioritárias nos próximos meses: finalizar as negociações com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para concluir as obras de infraestrutura do Reassentamento de Itaparica; monitorar com atenção a possibilidade de construções de novas barragens na região (que afetariam os municípios baianos de Juazeiro e Curaçá, e os municípios pernambucanos de Orocó, Santa Maria e Lagoa Grande); e reforçar as atuais estratégias, identificando novas alternativas tecnológicas para melhorar a convivência com o semi-árido.

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco

### Novos projetos de barragens

No final do mês de julho, trabalhadores rurais de Curaçá (BA) e representantes da Diocese de Juazeiro (BA) reuniram-se para discutir o projeto do governo federal de construção de novas barragens na região. Segundo o movimento sindical de trabalhadores rurais do submédio São Francisco, a construção das barragens Riacho Seco e Pedra Branca é quase certa, o que deixa o movimento apreensivo, pois a obra afetará mais de 6 mil famílias.



Foto: Jorge Aulio Iulianelli

Fonte: STR Curaçá (BA) e Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco (PE/BA)



Foto: Jorge Aulio Iulianelli



## Aprovada pelo Congresso Lei da Agricultura Familiar

O Congresso Nacional aprovou em julho a Lei da Agricultura Familiar que estabelece diretrizes para a elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. O texto também prevê a articulação das políticas da agricultura familiar, em todas as fases (implementação, gestão e execução), com aquelas direcionadas à reforma agrária.

O que muda com a nova lei:

- a agricultura familiar passa a ser reconhecida como uma categoria produtiva e acabam as dúvidas sobre sua conceitualização legal;
- garante a participação de agricultores familiares na formulação e implementação das políticas;
- as relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social;
- os órgãos governamentais poderão adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício ao segmento, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

## Agroecologia: frutos do ENA

Entre os dias 2 e 6 de junho ocorreu em Recife o II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que contou com a participação de aproximadamente 1800 pessoas, na maioria agricultores familiares de todo o país. Um dos resultados do encontro foi a produção de uma carta política, que pode ser lida no site da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA): <http://www.asabrasil.org.br>



Fonte: Assessoria do EDE ao Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco

## Via Campesina satisfeita com o fim da Rodada de Doha

A Via Campesina - entidade que reúne 132 organizações camponesas que atuam em mais de 56 países da Ásia, África e América Latina - comemorou o fracasso das negociações da Rodada de Doha, conferência ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), realizada no mês de julho em Genebra (Suíça), reunindo autoridades governamentais de diversos países. Segundo a Via Campesina o encontro tinha objetivo contrário à afirmação da segurança alimentar e nutricional.

Fonte: Via Campesina

## Pela Revitalização do São Francisco

Entidades da sociedade civil promoveram uma audiência pública sobre a revitalização do rio São Francisco no dia 21 de julho em Paulo Afonso (BA). Os participantes manifestaram-se preocupados com a possibilidade de impactos socioambientais no rio, caso ocorra a transposição. Diante desse quadro, o evento reforçou a necessidade de articulações de entidades para revitalizar o rio São Francisco, interesse das comunidades ribeirinhas, dos reassentados, e de diversas entidades.

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF (PE/BA)

## “Chega de Violência no Campo”

A União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (Uita) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) lançaram, em março, a Campanha Internacional “Chega de Violência no Campo – Corte este mal pela raiz”. Segundo os organizadores da campanha, os objetivos principais são promover a reforma agrária e a luta contra a impunidade de uma violência institucionalizada e organizada.

Fonte: Contag



## Homenagem do Pólo Sindical e do TRD à Edilene Rodrigues Pereira

Edilene Rodrigues Pereira foi fundamental na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região do Submédio São Francisco e na conquista do reassentamento de mais de cinco mil famílias nos projetos de irrigação da barragem de Itaparica. Edilene foi diretora do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco por dois mandatos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodelas (BA), presidente da Cooper (Cooperativa auto-gestionária dos Agropecuaristas de Rodelas) e militante do Partido dos Trabalhadores. A militante do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais faleceu dia 28 de agosto de 2006 em Recife (PE), onde estava em tratamento de saúde. A companheira Edilene, chamada carinhosamente de “sorriso”, irradiava afeto, alegria e otimismo. Quem guarda na memória seu sorriso, jamais a perderá. Amante da natureza, uma de suas últimas ações foi incentivar a plantação de “tamboril” (árvore frondosa), inicialmente no município de Rodelas (BA) e nas margens do Rio São Francisco. O Pólo Sindical e o programa TRD acreditam que dar continuidade a união de nossas organizações, cuidando da terra e contribuindo para revitalização do nosso rio para que as futuras gerações também possam sorrir é homenagear Edilene Rodrigues Pereira.

## BOLETIM Trabalhadores Rurais & Direitos

Esperamos sugestões,  
críticas, reclamações  
e comentários sobre  
o boletim.

E-eletrônico para:  
trd@koinonia.org.br

Cartas para:  
Programa Trabalhadores  
Rurais e Direitos  
Rua Santo Amaro, 129 - Glória  
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

## Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

O Congresso Nacional aprovou em agosto o Projeto de Lei n.º 037/2006, conhecido como Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A lei altera a legislação vigente aumentando a rigidez das punições e os mecanismos de proteção das mulheres agredidas das seguintes formas: as mulheres em situação de violência e seus dependentes deverão ser encaminhados a programas e serviços de proteção, garantindo os direitos à guarda dos filhos e a seus dependentes; os agressores poderão ser presos em flagrante ou terem as prisões preventivas decretadas, dessa forma, condenações a pagamento de multas ou cestas básicas não serão mais aplicadas; a pena de detenção dos crimes de violência doméstica aumentou podendo chegar a três anos; o juiz pode determinar a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e filhos; além do direito da mulher de reaver seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor. Além dessas inovações, a violência doméstica e familiar contra a mulher passa a ser classificada como violação dos direitos humanos. Com a regulamentação da nova lei está autorizado aos estados da federação a criação de juizados e varas especiais de atendimento à violência contra a mulher. O Brasil é o 18º país da América Latina a ter uma legislação específica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo realizada em 2001, mais de 2 milhões de casos de violência doméstica e familiar ocorrem anualmente no País. Em 2005 uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que no Brasil 27% das mulheres já foram agredidas fisicamente por seus parceiros ou ex-parceiros. Na zona rural esse número sobe para 34%. Quase metade das mulheres assassinadas no mundo são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex, segundo a OMS. A Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher pode ser lida na íntegra no site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: <http://www.planalto.gov.br/spmulheres>

Fonte: O Dia e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

## Artigo

### Pensando o Semi-Árido Brasileiro

Maria Priscila Lisa das Chagas<sup>1</sup>

O que imaginamos quando pensamos no sertão brasileiro? Que imagens povoam nossa mente quando pensamos no sertão? A minha imaginação pairava sobre o abandono, a solidão e a seca. Um lugar longe, afastado e desprovido de vida. Imaginava estradas com pedestre indo, caminhando e se afastando. A estrada de terra batida, sem verde, sem brilho, sem luz e sem rumo. Era algo distante, cheio de tristeza e sacrifício. A história era protagonizada por um vilão: a Seca.

A Seca é vista, socialmente, como uma instituição, um ser forte e independente que deveria ser destruído. A eliminação da Seca seria fundamental para a liberdade e o progresso do sertão brasileiro e para o sertanejo. A Seca era o próprio vilão contra a prosperidade.

Apesar da minha imaginação criativa e descritiva, o imaginário atribuído ao semi-árido brasileiro não é uma construção pessoal e sim anos de uma idéia “vendida” e disseminada: a Seca como um vilão voraz e tirânico. Porém, o tal vilão do sertão brasileiro é um fenômeno natural. E como lutar contra a natureza?

Pensar a Seca como um vilão é um desrespeito e um distanciamento da realidade brasileira, e ainda muito pior é atribuir a esta realidade uma impressão de atraso frente a todo o progresso da Nação. A Seca é, antes de tudo, um descaso político e social. Suas conseqüências refletem a imposição de um modelo de desenvolvimento que não se adequa à realidade do semi-árido brasileiro.

A Seca é um fenômeno típico da região do semi-árido brasileiro que caracteriza-se por baixos índices pluviométricos. Ou seja: a precipitação das chuvas é irregular. Portanto, o modelo de desenvolvimen-

to não deve “lutar” contra a Seca e sim aprender a conviver com a mesma. A Seca é um fenômeno natural, climático e por isso necessita de políticas públicas específicas. O sertanejo não é vítima do destino, e sim do descaso. O modelo de desenvolvimento deve conter políticas que se adaptem à necessidade do semi-árido.

A água é fundamental para vida, contudo a questão do Semi-Árido vai além da falta de chuva e deve ser pensando no abandono. O abandono de se pensar o Semi-Árido que necessita de desenvolvimento específico. O semi-árido estende-se por cerca de 900.000 km<sup>2</sup> onde vivem em torno de 20 milhões de pessoas<sup>2</sup>. A Seca é sempre pensada como “falta da água” que requer resolução pontual com medidas, emergenciais. Elas ainda são necessárias contudo, é preciso pensar o semi-árido a partir da sua realidade e das suas necessidades, com um modelo de desenvolvimento econômico que seja sustentável e independente.

Esse modelo não deve ser de outras regiões do Brasil ou mesmo do mundo, pois a realidade do Semi-árido brasileiro tem demandas específicas e a importação (e imposição) do modelo econômico do sul do Brasil não se adequa às necessidades do nordeste brasileiro.

O Semi-Árido e o sertanejo precisam de um desenvolvimento econômico sustentável. O sertanejo deve ser o dono do seu destino, deve protagonizar seu desenvolvimento e para tanto é necessário que pensem em alternativas para necessidades básicas, como: segurança hídrica, segurança alimentar, desenvolvimento rural sustentável. E isso não significa nos prendermos aos chavões de antigas políticas paliativas ou que privilegiam alguns poucos.

#### Bibliografia:

SCJOSTEK, Harald. *A Convivência com o semi-árido*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

Declaração do Semi-Árido. Acesso em: [http://www.asabrazil.org.br/body\\_declaracaosemiario.htm](http://www.asabrazil.org.br/body_declaracaosemiario.htm)

\* Os números exatos, fornecidos pela Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste) são: 895.931,30km<sup>2</sup> de território com uma população de 19.338.192 habitantes, em 1031 municípios.

<sup>1</sup> Formada em Ciências Sociais e assistente do Programa Trabalhados Rurais e Direitos de KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço



Jorge Atilio Iulianelli

## TRD entrevista Oswaldo Pereira de Sá

Com o objetivo de conhecer algumas alternativas de geração de renda ligadas à agroecologia na região do Submédio São Francisco, o programa TRD entrevistou no mês de agosto Oswaldo Pereira de Sá, apicultor, criador de caprinos e agricultor. Pereira de Sá é morador da região de Velha Barreira, em Tacaratu (PE), município vizinho às cidades de Jatobá e Petrolândia. Hoje com 45 anos, Oswaldo já dedicou 33 ao trabalho no campo, e explica que essa condição de trabalhador rural “é de família”. Ele fala sobre atividades alternativas à agricultura:

**TRD: Você sempre morou em Tacaratu?**

**Pereira de Sá:** Não. Eu moro aqui desde de 1987. Eu morava em Petrolândia (PE) até a criação da barragem. Mas a criação de apicultura que tenho está nas terras de minha família. Ainda estou sofrendo o processo de reassentamento. Participo da luta pela terra na área do Bloco 1 de Petrolândia.

**TRD: Como você começou a atividade de apicultura no sertão?**

**Pereira de Sá:** Através de um Encontro sobre apicultura, realizado há cerca de três anos, em Petrolândia, promovido pelo Pólo Sindical [dos Trabalhadores Rurais do SMSF] e pela CHESF [Companhia Hidro Elétrica do São Francisco]. Alguns amigos meus já trabalhavam com essa prática e eu fiquei interessado.

**TRD: Você realiza outra atividade além da apicultura?**

**Pereira de Sá:** Eu continuo sendo agricultor e também estou começando a criar caprinos, iniciando o processo de seleção de cabras da raça Saanen para produção de leite.

**TRD: Como é feita essa seleção?**

**Pereira de Sá:** A criação que eu tenho hoje é mista. Estou começando a fazer o processo de seleção por meio da reprodução da criação através de um reprodutor. Eu separo os filhotes bons e mantenho uma linhagem considerada melhor. A criação de cabras pode ser para

corte ou leiteiro. Eu quero trabalhar na produção de cabra leiteira.

**TRD: Como você começou sua criação de abelhas?**

**Pereira de Sá:** Eu comecei na apicultura sozinho, mas agora estou trabalhando com o Moacir [José Moacir dos Santos, Coordenador Geral do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irrpa)]. Iniciei minha criação há dois anos com cinco caixas de abelhas e agora já estou com quarenta caixas. O encontro [do qual Oswaldo Pereira participou e conheceu as técnicas da apicultura] foi um bom incentivo para o começo da produção. Eu achei muito interessante conhecer as técnicas da apicultura.

**TRD: Quais as principais dificuldades que você enfrentou para desenvolver essa atividade?**

**Pereira de Sá:** No começo foi difícil. Eu não tinha equipamento para colher o mel. A partir daí conheci a Associação Casa de Mel, aqui em Petrolândia. Eu comecei alugando o equipamento e agora estou me associando. A associação tem centrífuga e outros aparatos necessários. Eu tenho as caixas e os utensílios para o transporte de mel.

**TRD: Como você comercializa a produção?**

**Pereira de Sá:** Eu vendo para Recife onde já tenho um comprador fixo. Atualmente vendo a R\$ 1,90 o quilo de mel, mas o pre-

ço está em baixa. O melhor preço que vendi o mel foi R\$ 4,00 o quilo.

**TRD: Como você imagina o futuro das atividades que desenvolve como fonte de renda?**

**Pereira de Sá:** Eu tenho uma grande esperança. Irei investir na criação de caprino e na apicultura, aumentando a produção. Estou cultivando coentro para floração e assim possibilitar a produção de mel durante o verão. O cultivo do coentro é todo orgânico. Não uso nenhum tipo de agrotóxico ou adubo químico. Para manter a criação de caprino no verão, terei que preservar e cultivar a vegetação nativa da região: caatinga, angú, feno e aloeceno. [Essa vegetação é preservada para servir de alimento para as cabras.] Além disso, eu tenho um poço artesiano com uma bomba que funciona com o uso de óleo diesel.

**TRD: O que você diria para outros agricultores familiares sertanejos em relação à prática da apicultura e à criação de caprinos?**

**Pereira de Sá:** São atividades que requerem muita atenção. A pessoa deve ter disposição para trabalhar e investir. Aquele que começar [a desenvolver essas atividades] e persistir terá retorno. No caso das abelhas, é possível colher o mel de 15 dias em 15 dias. Uma caixa de abelha produz, em média, 10kg de mel.

*Entrevista realizada pela assistente do Programa TRD Maria Priscila Lisa das Chagas.*

### EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecológica e Serviço.

**Secretário Executivo de KOINONIA**  
Rafael Soares de Oliveira

**Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim**  
Jorge Atilio Silva Iulianelli

**Assistentes de Editoriais**  
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

**Pesquisas**

Andréa Carvalho de Oliveira

**Redação**

Manoela Vianna

**Revisão**

Helena Costa | Manoela Vianna

**Diagramação e Impressão**

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016  
e-mail: trd@koinonia.org.br  
site: www.koinonia.org.br